

**A AGRICULTURA EM SÃO PAULO**  
Boletim da Subdivisão de Economia Rural  
Rua Anchieta, 41 - 6º andar, Caixa Postal, 8085

SUBDIVISÃO DE ECONOMIA RURAL  
Chefe: Engº Agrº Ruy Miller Paiva

**SECCOES**

Política da Produção Agrícola

Engº Agrº Ruy Miller Paiva (chefe)  
Engº Agrº Salomão Schattan  
Engº Agrº Milton N. Camargo

Organização e Administração Rural

Engº Agrº O. J. T. Ettore (chefe)  
Engº Agrº F. S. Gomes Jr.  
Engº Agrº Adolpho Kauffmann  
Engº Agrº Odilon Nogueira

DIVISÃO DE ECONOMIA RURAL

Diretor: Engº Agrº Mario D. Homem de Mello

DEPARTAMENTO DA PRODUÇÃO VEGETAL

Diretor Geral: Engº Agrº Ismar Ramos

SECRETARIA DA AGRICULTURA

São Paulo

Impresso na Diretoria de  
Publicidade Agrícola

Brasil

O CAFÉ E O CÂMBIO LIVRE ASSUNTO

ENTRADA

BIBLIOTECA CENTRAL  
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
PERIÓDICO  
He  
1

Os cafeicultores de São Paulo iniciaram há pouco um movimento que vem prendendo a atenção de todos os círculos econômicos do país. Reclamam o direito de exportar o café pelo mercado livre de câmbio. Algum que estão sendo espoliados porque exportam o produto na base do câmbio oficial e tudo o que compram, o fazem por preços na base do câmbio livre.

Sente-se que, em relação a esse assunto, há uma onda de resistência e de insatisfação, proveniente dos demais setores de nossa economia. Sabe-se que a retirada do café do câmbio oficial, significa a imediata desvalorização do cruzeiro, e que isso, por sua vez, significa profundas modificações em nossa vida econômica, inclusive o desaparecimento de privilégios já estabelecidos. Assim, grande número de importadores sente que a desvalorização do cruzeiro lhes significa a perda do privilégio de importar mercadorias a preços baixos, com um cruzeiro valorizado pelo câmbio oficial de 18,72 mais taxas, a fim de vendê-las a preços altamente inflacionados, num mercado escasso dessas mercadorias; ou ainda significa-lhes a perda da possibilidade de fazer negócios lucrativos, pelo sistema de comércio de compensação.

As indústrias também sentem que a desvalorização lhes significa a certeza do encarecimento do preço da matéria prima importada e a incerteza quanto a possibilidade de manter a mesma margem de lucro, uma vez que não sabem se a renda nacional real vai manter-se nas mesmas bases e de molde a lhes permitir a transferência dessa elevação de preço para os consumidores.

Também o Governo recusa a medida, porque reconhece que se não existir câmbio a taxa oficial, terá que providenciar elevação de impostos ou novas emissões, a fim de fazer face aos encargos que lhe competem no comércio internacional e que se referem ao pagamento dos atrasados, juros e amortizações dos empréstimos, com prioridade cambial, serviços governamentais, transferência da renda dos investimentos com garantia de câmbio a taxa oficial, além das importações próprias do seu serviço. Segundo a Conjuntura Econômica de maio deste ano, os compromissos do Governo nesse sentido, abrangem 29 milhões de dólares por mês, ou seja, cerca de 40% do orçamento cambial.

E por último, o consumidor nacional, que não se classifica em nenhuma dessas classes, recebe também que a medida resulte num encarecimento enorme do custo de vida.

A reação contra a pretensão dos agricultores é, portanto, muito acentuada, pois são muitos os interesses particulares que se sentem prejudicados. É por isso uma questão difícil de ser analisada, especialmente do ponto de vista do interesse nacional.